

## Participe da pesquisa Saúde no Judiciário

Se você ainda não respondeu, entre no [www.sinjusc.org.br](http://www.sinjusc.org.br) e participe da pesquisa "Saúde no Judiciário". A participação de todos e todas mostrará quais são os riscos no ambiente de trabalho.

Coordenada pela Universidade de Brasília (UnB), com organização da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados (Fenajud) da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário

Federal e Ministério Público da União (Fenajufe), o estudo formará uma base nacional de dados para que os sindicatos elaborem propostas para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os dados de Santa Catarina ficarão na base nacional e serão disponibilizados após a compilação e análise.

A coordenadora da pesquisa é a professora Ana Magnólia Mendes, do Laboratório de Psicodinâmica

e Clínica do Trabalho da Universidade de Brasília (UnB). Em 2006, ela participou do estudo Prazer e sofrimento no trabalho dos líderes religiosos numa organização protestante pentecostal e noutra tradicional, e também do Gestão de pessoas no setor público e a reprodução do discurso do setor privado. Somente aqui há 46 artigos dela: <http://brasil.academia.edu/AnaMagnoliaMendes>.



Com atraso, Tribunal atualiza quase todas as promoções

Página

**2**

Coletivo debate em Concórdia, que cria grupo de mulheres

Página

**3**

Dívida com plantões chega a 80 mil dias de folga

Página

**4**

# Com atraso, Tribunal atualiza quase todas as promoções

Depois de anos de cobrança, o Tribunal de Justiça publicou no Diário da Justiça Eletrônico de 19/10 a atualização de promoções pelo Ato DGP 1821.

As promoções deveriam ser regulares, simples e automáticas. No entanto, desta forma só funciona para os magistrados. Suas promoções são aprovadas no Órgão Especial de manhã e publicadas de tarde. Já trabalhadores e trabalhadoras esperam anos para ver o direito ser cumprido.

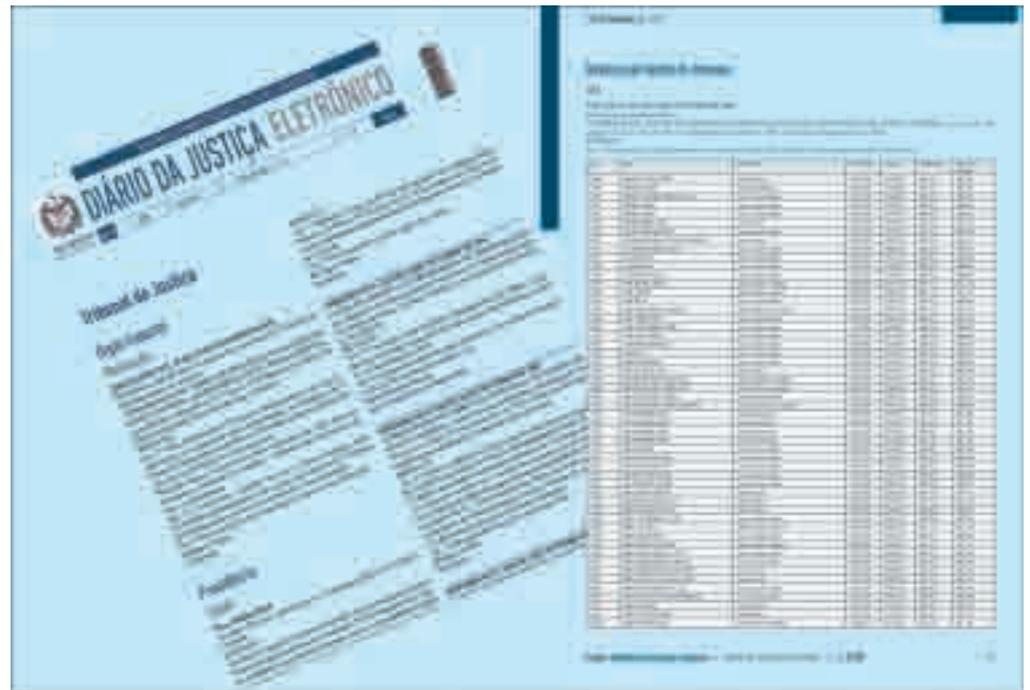
Mais de 1.500 trabalhadores (as) foram promovidos (as) pelo Ato DGP 1821. Mas ainda ficaram de fora as promoções de setembro e outubro de 2018. O Sindicato espera que elas sejam regularizadas rapidamente.

No ano passado, nas negociações de julho e agosto, acordou-se a regularização das promo-

ções para, justamente, acabar com essas demoras, que chegaram a atrasar 4 anos, entre 2013 e 2016.

A efetivação da promoção é uma

luta permanente do Sindicato, que espera que a administração do Poder Judiciário cumpra a lei sem que tenha que ser provocada para tal.



## Agentes cobram fim da disfunção



O Núcleo dos Agentes responder à negativa da administração do Poder Judiciário em acabar com a disfunção com ação e mobilização.

O Tribunal ignorou as mudanças dos ambientes de trabalho e a ampliação das atribuições sem a contrapartida financeira (Processo Administrativo n. 22866/2018).

A categoria levará informações a todos os desembargadores para reverter a decisão, uma vez que não foi decisão do Pleno.

O Sindicato recomenda que todos os agentes que não ingressaram com ações judiciais individuais para cobrar o trabalho realizado em disfunção, que o façam.

A Assessoria Jurídica do Sindicato está à disposição de todos (as). Nenhuma ação judicial que tratava de disfunção foi perdida até o momento. Para ingressar com a ação, entre em contato com o jurídico do SINJUSC pelo 0800 701 1690 ou pelo email:

[juridico@sinjusc.org.br](mailto:juridico@sinjusc.org.br)

# Coletivo de Mulheres do SINJUSC cria grupo em Concórdia



O **Coletivo** de Mulheres do SINJUSC organizou a O Ser Mulher nas Relações de Trabalho Hoje, que lotou a Câmara de Vereadores de Concórdia na noite de 18/10. Depois da palestra e do debate, foi instalada a comissão organizadora do Coletivo de Mulheres de Concórdia.

A palestra em Concórdia esteve aos cuidados da oficial da Infância e Juventude de Chapecó Liliane Fátima de Araújo. Houve ainda apresentação musicada do poema Categoria Adulta,

de Maribel da Cunha, e na sequência, debate. O interesse sobre a pauta foi tão grande que as mulheres ficaram **reunidas** por cerca de 3 horas.

Professoras, donas de casa, empregadas domésticas, desempregadas, trabalhadoras do serviço público e privado participaram do evento em Concórdia, que também contou com a presença das duas **vereadoras** do Município, Marilane Fiametti Stuaní e Margarete Poletto Dalla Costa.

# Incêndio em São José mostra necessidade de maior controle

O Sindicato foi mobilizado no dia 18/10 por causa de um incêndio nas instalações elétricas no auditório do Fórum de São José. Trabalhadores (as) que avisaram o SINJUSC estavam preocupados (as) por causa da falta de extintores, extintores vencidos e o não funcionamento do alarme. Ainda no mesmo dia, a Secretaria do fórum solicitou ao Tribunal que trocasse a iluminação do auditório por lâmpadas LED. O incêndio só não atingiu maiores proporções porque um grupo de vigilantes combateu as chamas com um único extintor e saiu em disparada pelos quatro andares para retirar trabalhadores (as) que estavam no prédio e, apesar do cheiro de fios queimados, não se deram conta de que havia um incêndio ocorrendo a poucos

metros. O Sindicato acompanha o desenrolar desse episódio, para que a administração do Tribunal possa oferecer total segurança a seus trabalhadores (as).

No ano passado, Sinjusc já alertava para as más condições físicas do prédio, quando trabalhadores (as) foram transferidos (as) saíram da edificação condenada.



# Audiência de custódia revela falta de segurança nos fóruns de SC

A questão da (falta de) segurança nos fóruns não é um assunto novo. Só ganhou novas proporções com o começo das audiências de custódia regionalizadas, em 15/10. Isto porque a maioria dos fóruns não tem locais adequados para garantir a integridade de presos, policiais, usuários e trabalhadores (as).

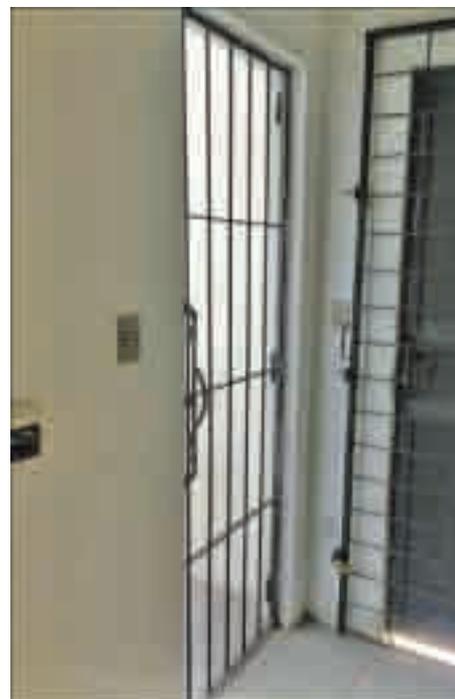
A primeira constatação é de que não há celas apropriadas para separar homens e mulheres, ou celas para mulheres em condições diferenciadas, como a gravidez.

Do jeito que as coisas estão hoje, um dos presos é levado para um canto de uma sala ou corredor. O Sindicato já recebeu relato de que uma presa grávida passou mal enquanto

aguardava audiência e no fórum não havia estrutura mínima para atendê-la. Há casos de fuga de presos entre uma audiência e outra.

Também foram revelados casos em que presos ficam aguardando dentro do camburão até o horário da sua audiência. Esse tipo de tratamento não pode ser dispensado a uma pessoa, mesmo ela estando presa.

A administração do Poder Judiciário deveria estar mais atenta às questões de segurança com a implementação das audiências de custódia e oferecer estrutura para a guarda dos detidos dentro dos prédios, visando, assim, a segurança de todos que circulam diariamente nos fóruns do Estado.



# Dívida com plantões chega a 80 mil dias de folga no judiciário catarinense



O Tribunal de Justiça de Santa Catarina deve 80 mil dias de folga a seus trabalhadores e trabalhadoras que realizaram plantões, o equivalente a R\$ 18 milhões. Os dados foram apresentados na reunião mensal do Comitê Gestor dia 15/10.

A administração do Tribunal aponta que há proposta de pagamento do plantão judicial em andamento no Conselho de Magistratura. O SINJUSC já apresentou proposta em 2017, renovada para a atual gestão do Tribunal. No entanto, a administração do TJ não abre diálogo sobre o assunto. Por conta da falta de pessoal, a maioria das folgas não pode ser gozada.

## EXPEDIENTE

**SINJUSC**  
**Sinforme**  
A SUA INFORMAÇÃO

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina

Jornalista Responsável  
Rubens Lunge  
MTB 5567/RS

**SINJUSC**  
o seu sindicato  
sinjusc.org.br

Av. Mauro Ramos 448,  
Centro - CEP 88020-300  
Florianópolis/Santa Catarina  
0800.701 1690  
sinjusc@sinjusc.org.br

IMPRESSÃO  
FLORIGRAF



SINJUSC Sindicato



Sinjusc



sinjusc.sc



SINJUSC Santa Catarina